



## PRONAF: UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS DE APOIO A AGRICULTURA FAMILIAR

*Rafaela Gonçalves da Silva Durães, Vanuza da Silva Pereira Ney.*

A criação do PRONAF em meados dos anos 1990 representou um avanço para a agricultura familiar brasileira que historicamente deixada à margem no contexto das políticas de desenvolvimento rural passa a ter o reconhecimento institucional. O PRONAF traduz-se em um instrumento de política pública de desenvolvimento, que tentará corrigir os problemas de assimetria na distribuição de créditos entre os agentes do campo nacional. Desde a sua elaboração e institucionalização o PRONAF passou por mudanças e aperfeiçoamentos, mas mantém como eixo principal a concessão de crédito rural subsidiado a agricultura familiar. O objetivo do estudo foi contextualizar o PRONAF no âmbito das políticas de desenvolvimento rural e de apoio à agricultura familiar com base na investigação do desempenho do Programa ao longo dos últimos anos. O estudo voltou-se para a política pública e acesso ao crédito para a agricultura familiar brasileira a partir da década de 90 e pretendeu mostrar a importância de uma política específica para o segmento da agricultura familiar, o volume de recursos disponibilizados anualmente, o número de beneficiários, bem como sua distribuição entre as regiões do Brasil. O trabalho abordou a primeira linha de atuação do PRONAF- a modalidade financiamento da produção por ser esta a que libera maior volume de recursos para a agricultura familiar-. Para alcançar os objetivos realizou-se uma revisão de literatura sobre o tema e pesquisa dos principais indicadores e análise de dados em fontes oficiais como: Instituto de Pesquisa Economia Aplicada, IPEA. Como resultado observou-se o crescimento no investimento financeiro ao Programa ao longo anos, mas com desvio nos objetivos iniciais que contribuiu para reforçar as diferenças entre os segmentos e cadeias produtivas mais capitalizadas e os segmentos menos capitalizados da agricultura familiar. O PRONAF tem contribuído para acentuar as desigualdades regionais no país, por meio da alocação de recursos em regiões caracterizadas pela presença da agricultura familiar capitalizada, com forte integração ao mercado, como é o caso da região Centro-Sul do país. A Região Nordeste, apesar de possuir o maior número de agricultores familiares, recebe o menor montante dos recursos do Programa dentre as cinco grandes regiões do país.

Palavras-chave: Desenvolvimento rural, desigualdade, políticas públicas.  
Instituição de fomento: CAPES.